Maria Luíza Amaral de Jesus Andrade

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho

[GT1: Imaginando sociologias antiracistas: branquitude e relações étnico raciais no ensino básico]

Identidade Racial e Currículo Escolar: Análise da Branquitude e da Negritude

São Paulo, SP

2025

Identidade Racial e Currículo Escolar: Análise da Branquitude e Negritude

Maria Luíza Amaral de Jesus Andrade [1]

RESUMO

Este trabalho investiga a branquitude no contexto escolar, destacando como ela se manifesta como um campo de silêncio dentro do currículo. A pesquisa busca compreender os impactos sociais desse silêncio e analisar os processos históricos que o sustentam. O objetivo central é realizar uma análise sobre como os conceitos de branquitude e negritude ressoam no currículo do ensino médio na Bahia. Para isso, adota-se uma abordagem documental, tendo como base empírica o Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB) e fundamentação teórica nos estudos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento e Lia Vainer Schucman. A análise evidencia que o currículo é um espaço de disputa, e, portanto, estudar esses conceitos permite problematizar sua presença na escola e os impactos sobre diferentes grupos juvenis, negros e não negros.

Palavras-chave: Branquitude, Currículo, Ensino Médio, grupos juvenis, Negritude.

INTRODUÇÃO

O currículo assume múltiplos significados dentro do contexto educacional, sendo um deles o que podemos chamar de prática discursiva, conforme destaca Lopes e Macedo (2011) o currículo "trata-se de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria". Desse modo, podemos identificar que as ideias presentes nas políticas curriculares acerca dos processos de ensino e aprendizagem estão sujeitas a maneira como a discussão de currículo vai se constituindo em cada comunidade, podendo o seu produto sofrer inferências que afetam a qualidade do sistema educacional em ação.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de compreensão de currículo enquanto um agente formador de condutas e normas estabelecidas dentro do cotidiano escolar, estando ele sujeito às relações de poder que visam a construção de uma organização disciplinar caracterizada por atravessamentos históricos, políticos e sociais. Desse modo, podemos afirmar que por ser um instrumento formador e gerenciador do cotidiano escolar, o currículo visa em todos os seus níveis o controle e a organização daquilo que constitui o espaço escolar - sujeitos, saberes, espaços e relações - entendo que a formação de comportamento e de

[1] Graduada do Curso de Ciências Sociais e Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, luizaandrade0702@gmail.com;

mentalidades é elemento fundamental para o controle da sociedade e cerceamento de indivíduos dentro de um espaço de disciplinarização, assim podemos afirmar que currículo é disputa, é conflito, e constitui-se enquanto um espaço de negociação, ora explícitas, ora ocultas (SANTOS E MOREIRA, 2020).

Tendo em vista essa concepção de disputas que orbitam a constituição do currículo, propõe-se neste artigo busca entender a forma como a BNCC (base nacional comum curricular) é pensada, compreendendo que a construção do currículo perpassa por lutas hegemônicas e que sua implementação faz vista a determinadas finalidades, desse modo, problematizar a estruturação do documento norteador da educação brasileira é de grande relevância para pensar como a perspectiva colonial ainda possui centralidade e poder nas construções curriculares, nesse sentido abordaremos o conceito de "branquitude" e suas implicações para a constituição curricular, buscando problematizar sua recorrência no ambiente escolar e os efeitos que sua invisibilização pode causar nas relações étnico-raciais.

A conceituação do que venha a ser branquitude torna-se importante, pois, não se é possível impossibilitar a ideia de que pessoas brancas também são racializadas. Assim, as mesmas podem fazer parte do problema e são sinalizadas a se atentarem, mobilizarem e repensarem suas posições e privilégios socialmente. Entendo desse modo que o processo de colonização e a noção fictícia de superioridade branca, construída ao longo da formação histórica da nossa sociedade exercem influências significativas no nosso cotidiano, demarcando diferenças e mantendo o status quo de privilégios e vantagens que evidenciam a necessidade de problematização desse processo dentro da constituição curricular da educação brasileira.

Bernstein (1996) identificou os três principais campos do dispositivo pedagógico: produção, recontextualização e reprodução. Esses campos estão hierarquicamente correlacionados de forma que o novo contexto do conhecimento não pode acontecer sem a sua produção e a reprodução não pode ocorrer sem a sua recontextualização. Sendo assim, a necessidade em trabalhar as questões das elações Étnico-Raciais de forma não estereotipada para compreender que a branquitude é um instrumento da manutenção dos privilégios brancos e silenciá-la no currículo implica a colaboração para que esses alicerces de discriminação e preconceito se perpetuem. É necessário a crítica da branquitude possibilitando outros saberes que virão a ser produzidos, em prol da luta antirracista e de uma educação mais democrática.

Assim, adotamos aqui a interpretação de que os currículos da educação básica são

instrumentos de disputa por um discurso hegemônico, e é através desse instrumento que as concepções da realidade são ou não legitimadas. Dessa maneira, a Lei 10.639/03 promove a ressignificação da historicidade brasileira, ao determinar que as escolas da Educação Básica passem a incluir em seus currículos oficiais a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira. Evidencia-se, que em uma perspectiva a referida Lei marca uma conquista em prol de uma igualdade epistemológica e racial, mas aponta um importante problema social, que é a própria falta de conhecimento/interesse do país em debater e conhecer as suas origens.

A referida legislação significa a materialização de um grande avanço no campo do currículo e das práticas pedagógicas para viabilizar os estudos acerca das relações étnico-raciais e das nossas raízes. "Não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (MUNANGA, 2005)." À vista disso, deve-se pensar na escola, em destaque a pública, como um ambiente em que diferentes presenças se encontram, atores e atrizes políticos. E para isso, é imprescindível que o currículo que versa sobre a instrução desses futuros cidadãos em formação, considere a historicidade de um Estado racista, fruto de um processo colonizador e de uma pseudociência europeia que forjou a segregação e distinção entre os sujeitos de diferentes etnias, colocando o branco enquanto um ser dotado de qualidades e os não-branco em um lugar de subjugado.

Dessa forma, ao pensar branquitude e negritude no currículo, notamos a necessidade de ressaltar e abordar os privilégios ditos como materiais e simbólicos aos brancos em detrimento dos não brancos, provenientes do desenvolvimento social desigual no Brasil, que ressoa na educação escolar, e em diversos outros âmbitos. Essas desigualdades são frutos de uma má distribuição de poder, dito ele como político, econômico, social e desses bens considerados simbólicos e materiais, que perpetuam a ideia de hierarquia fictícia de raças e reproduz significados, assujeitamentos e processos de subjetivação que visam a dominação e a manutenção de privilégios.

A branquitude, negritude e as práticas curriculares

O conceito acerca da branquitude pode-se alegar como: uma ideia construída a partir de elementos conceituais ideológicos, na qual o branco se enxerga e se classifica os não brancos a partir da sua própria concepção. O mesmo impõe vantagens e privilégios ditos como materiais aos brancos em detrimento dos não brancos. Essas desigualdades são frutos de

uma má distribuição de poder dito ele como político, econômico, social e desses bens considerados simbólicos e materiais.

Porta-se como uma "norma" ou como uma identificação presente na consciência do seu portador, no caso os brancos quando se é necessário para a não perda de vantagens e privilégios. Dessa forma,

> Para entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades.(SCHUCMAN, 2012, p.23)

A origem deste conceito se deu através de estudos críticos que surgiram no intuito da necessidade em analisar o papel da identidade racial branca em contrapartida de ser um componente ativo e representativo nas relações raciais em sociedades frisadas pela presença do colonialismo europeu. Intelectuais como W.E.B. Du Bois (1920, 1935)1, Frantz Fanon (1952), Albert Memmi (1957), atualmente são vistos como protagonistas e pioneiros dos estudos acerca da branquitude.

Esses autores e intelectuais, ambos em conjunturas históricas e sociais distintas que destacaram o papel do colonizador e dos efeitos desta colonização que trouxe a tona o racismo não somente do negro, mas sobretudo do branco. Desafiando assim, a interpretação e os estudos relacionados as relações raciais por apenas só considerarem o negro como "objeto de estudo" e "tema de estudo" acerca da compreensão dessas relações.

De acordo com Cardoso (2017), a branquitude pode ser classificada em duas vertentes: crítica e acrítica. A primeira corresponde a indivíduos ou grupos brancos que se posicionam publicamente contra o racismo, mas que, na prática, não questionam os privilégios que possuem. Já a branquitude acrítica se baseia na ideia de superioridade branca, negando a existência do racismo sob a justificativa de uma suposta hierarquia natural entre brancos e não brancos. Essa perspectiva sustenta a violência e a discriminação racial como meios de manter as desigualdades sociais, sendo frequentemente associada a movimentos ultraconservadores que promovem a supremacia branca.

Como resultado das relações coloniais, a branquitude opera de maneira a garantir que indivíduos brancos ocupem posições de poder, enquanto os não brancos permanecem em condições de subalternidade. Um dos aspectos centrais dessa dinâmica é a consciência branca silenciada, entendida como uma forma de percepção socio-histórica moldada pelas relações

capitalistas e pela estruturação colonial. Hoje, esse fenômeno é interpretado como um reflexo das interações entre grupos dominantes e subordinados. Dessa forma, a branquitude estabelece ideologias, práticas sociais e padrões culturais que reforçam sua hegemonia, garantindo sua predominância dentro da sociedade (SILVÉRIO, 2002, p. 240-241).

No Brasil, os estudos sobre branquitude devem ir além da relação entre brancos e negros, considerando o impacto da miscigenação e do ideal de branqueamento na construção dessa identidade. Uma das características marcantes da branquitude no contexto brasileiro é a necessidade de desconstruir a dualidade branco/negro e reconhecer a superioridade estética como um elemento central da identidade branca no país (SCHUCMAN, 2012, p. 69).

Por outro lado, o conceito de negritude, especialmente na perspectiva brasileira, desenvolveu-se como um processo histórico de resistência. A negritude se configura como uma resposta do povo negro à violência racial imposta pela branquitude, tornando-se um movimento político e ideológico voltado para a emancipação da população negra e a luta contra o racismo institucionalizado (MUNANGA, 1990, p. 112).

No contexto nacional, o Movimento Negro desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa. Partindo da ideia de que o conhecimento convencional é um produto da colonização, Gomes (2017) destaca que "o movimento [negro] é educador porque gera conhecimento novo [...] o conhecimento nascido na luta não avança de modo isolado, entra em diálogo com muitos outros conhecimentos [...]". Dessa forma, o Movimento Negro desafia a centralidade do eurocentrismo no saber e propõe uma visão mais pluralista da educação.

A implementação de políticas educacionais que promovam o conhecimento de diferentes tradições e epistemologias é essencial para evidenciar que o mundo é formado por uma multiplicidade de saberes. As hierarquizações criadas a partir dessas concepções contribuem para a perpetuação de práticas discriminatórias. Quando essas questões são abordadas de forma estereotipada no currículo escolar, reforça-se a branquitude como norma, pois se nega a identidade e o conhecimento produzido por culturas não brancas, silenciando debates e preservando privilégios materiais e simbólicos daqueles que se identificam como brancos.

Nesse sentido, questionar a naturalização da branquitude no currículo e ampliar a sua visibilidade são passos importantes para refletir sobre o papel da escola na luta antirracista. A construção de uma prática pedagógica mais inclusiva passa por reconhecer que o ambiente

escolar ainda reproduz discursos de poder baseados em princípios eurocêntricos, o que impede um debate aprofundado sobre as dimensões do racismo e suas manifestações no cotidiano educacional.

Materiais e métodos

Para trabalhar os conceitos apresentados, utilizamos como aparato teórico autores que trabalham com a temática das relações étnico-raciais, sendo os principais a Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga. No tocante a negritude, é imprescindível afirmar que ao pensar no conceito frente à perspectiva brasileira, este se desenvolveu através de um processo histórico de resistência.

> Ver-se-á então afirmada a legitimidade histórica da "negritude": reação racial negra contra uma agressão racial branca, uma legítima defesa, a negritude se transforma num movimento antirracista, num movimento ideológico-político para a libertação dos negros do sistema colonial e do racismo praticado contra ele na sua "diáspora". (MUNANGA, 1990, p. 112)

Sendo a Lei 10.639, promulgada em 2003, um dos muitos frutos das lutas travadas pelo movimento em questão. Assim, no viés da ideologia, a negritude encontra-se inserida como marcha para o processo da obtenção de uma consciência racial. A branquitude como resultado das relações coloniais, atua em determinada configuração, e age para que indivíduos brancos estejam em posições de poder, enquanto os não-brancos ocupem espaços de subalternidade. Uma importante contribuição que elucida esse fato é:

> Esta consciência silenciada ou experiência branca pode ser definida como 'forma sócio histórica de consciência' nascida das relações capitalistas e leis coloniais, hoje compreendida como 'relações emergentes entre grupos dominantes e subordinados', Essa branquitude como geradora de conflitos raciais demarca concepções ideológicas, práticas sociais e formação cultural, identificadas com e para brancos como de ordem 'branca' e, por consequência, socialmente hegemônica. (SILVÉRIO, 2002, p. 240-241)

Procurar compreender a maneira como os currículos oficiais são elaborados, auxilia-nos a refletir como a epistemologia eurocêntrica e colonial ainda obtém uma centralidade acerca de como enxergamos e entendemos o mundo e os outros. E ao buscar desnaturalizar sua existência no currículo e dar-lhe visibilidade, procuramos contribuir para uma reflexão sobre o papel da escola na luta antirracista, através de uma prática pedagógica mais pluralista e democrática.

Dessa forma, o cotidiano escolar e as suas práticas se constituem em um ambiente que ainda reproduz discursos de poder, e sua estrutura é extremamente assinalada pelos princípios

eurocêntricos que regem um silenciamento dessas pautas que necessitam ser discutidas para o melhor entendimento acerca das dimensões do racismo e as consequências de suas práticas, entendo que abordar a noção de branquitude é fundamental para entender o jogo de relações que se estabelecem na proposição de políticas curriculares no contexto da educação básica.

> O silenciamento dos sujeitos negros permite que a fala colonial branca se consolide como verdade sem a interferência de discursos contrários. A inviabilidade de manifestação da fala negra é a condição por meio da qual o sujeito branco se reproduz. Assim é que, no marco do racismo, o sujeito branco depende da produção arbitrária do sujeito negro como "Outro" silenciado para se constituir, atualizando, a partir do binômio branco/negro, uma série de outras fórmulas binárias tais como bem/mal, certo/errado, humano/inumano, racional/selvagem, nas quais o negro não cessa de ser representado como mal, errado, inumano, selvagem. Dessa maneira, não é jamais o sujeito negro que está em questão, mas as imagens e narrativas dominantes produzidas desde um ponto-de-vista colonial acerca dele. (MOMBAÇA, 2015)

Colocar em destaque uma perspectiva crítica acerca da implementação de currículos na educação básica no que tange os aspectos relacionados à disputa entre branquitude e negritude é urgente, entendo que o currículo é construído a partir da hegemonia do branqueamento impondo processos de subjetivação que endossam a visão colonial e corroboram para processos de silenciamento e dominação.

Considerações Finais ou Conclusão

Discutir tanto a branquitude quanto a negritude no currículo e no ensino básico é uma maneira de desconstruir a forma como os não brancos são representados socialmente. Esse debate convida pessoas brancas a refletirem sobre suas próprias origens sem a perspectiva de superioridade ou dominação. Além disso, permite a criação de espaços e pautas voltados para a luta antirracista, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo. Ao buscar ressignificar sua presença no currículo, é essencial adotar práticas pedagógicas mais diversificadas e acolhedoras.

A identidade branca se manifesta tanto na dimensão afetiva quanto na corporalidade, sendo a brancura um traço fenotípico que carrega significados sociais e simbólicos. Ser branco também está associado ao acesso a privilégios raciais, tanto simbólicos quanto materiais, especialmente em sociedades marcadas pelo colonialismo. Diante disso, é inegável que vivemos em uma sociedade profundamente atravessada pelo racismo estrutural, e a educação não está isenta desse contexto. Assim, é fundamental refletir sobre como as relações étnico-raciais são abordadas no currículo do ensino básico e quais impactos essa abordagem pode gerar na experiência escolar dos estudantes.

Portanto, é imprescindível tratar as relações étnico-raciais de maneira não estereotipada, reconhecendo que a branquitude funciona como um mecanismo de manutenção dos privilégios brancos. Silenciar essa questão no currículo contribui para a perpetuação da discriminação e do racismo, fortalecendo estruturas de poder que legitimam desigualdades e dificultam a criação de espaços de debate e conscientização sobre os impactos históricos do colonialismo em nossa sociedade.

Além disso, a Lei 10.639/03, apesar de suas limitações, representa um avanço na valorização de saberes emancipatórios que contribuem para a luta antirracista. O ponto central dessa discussão não se limita apenas à noção de "lugar de fala", mas à necessidade de expressão e posicionamento para que o debate aconteça. Sem essas manifestações, o silêncio se mantém, impedindo reflexões e aprendizados fundamentais. Dessa forma, compreender a branquitude e a negritude é essencial para analisar as dinâmicas raciais e sua influência na construção do currículo educacional.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

CARDOSO, Lourenço. O Branco-Objeto : **O movimento negro situando a branquitude. Ensaio**, Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth**. Teorias De Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEINERZ, Carla Beatriz. **Marcos legais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil** – texto produzido para o Curso Uniafro 2017-2018. Porto Alegre: UNIAFRO/UFRGS,

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed., 7ª reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015.

SAVIANI ,Dermeval, 1944- **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**! Dermeval Saviani. - 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S)

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. 160f. Tese

(Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SANTOS, Sandra Meira; MOREIRA, Nubia Regina. O que se quer dizer quando se diz "currículo para as relações étnico-raciais". *In*:SANTOS, Fábio Viana; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro;

MOREIRA, Nubia Regina. (Org.). **Políticas, práticas curriculares e educativas em contextos escolares e não escolares.** 1 ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020. p. 185-200.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude** / Aimé Césaire; Carlos Moore (Org.) – Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **NEGRITUDE AFRO-BRASILEIRA: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES**. Revista de Antropologia, São Paulo, p. 109-117, 1990. Disponível em: ttp://www.jstor.org/stable/41616059. Acesso em: 14 set. 2023.